

FAMÍLIA OU FAMÍLIAS?

VOZES QUE SUBJAZEM O DISCURSO DA ENTÃO DEPUTADA ESTADUAL JANAINA PASCHOAL (PRTP-SP) SOBRE A PRIORIDADE A MÃES SOLO EM POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS NO BRASIL

Michela Ribeiro Espindola
Universidade Federal de Santa Catarina

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Michela Ribeiro Espindola é doutoranda em Linguística Aplicada - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestra em Letras - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Letras - Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e professora na Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

RESUMO

Este artigo, de base qualitativa e caráter interpretativo, busca entender que memórias nutrem o discurso político atual e que inflamam condições de produção discursiva reprodutoras de estigmas que violentam por meio da linguagem, especificamente por meio de rótulos sócio-histórico-culturais impostos à mulher mãe. Alinhado aos Estudos sócio pragmáticos do discurso, à Análise do discurso e aos Estudos dialógicos do discurso, buscamos analisar as razões pelas quais se legitima e se endossa o discurso, veiculado em redes sociais, da ex-deputada estadual Janaina Paschoal (PRTB-SP) sobre o Projeto de lei 3717/2021 que prevê prioridade a mães solo em políticas sociais e econômicas no Brasil. No teor do enunciado foco neste trabalho, a ex-parlamentar desconsidera como família aquela composta apenas pela mãe e seus filhos. Com base na nossa análise, entendemos que o contexto de ascensão dos grupos de extrema-direita desde 2014 deu chancela para que seus apoiadores reproduzissem discursos de exclusão, sexismo e machismo, pois criaram situações de poder que foram naturalizadas, razão pela qual uma deputada, advogada, doutora em Direito, ainda que tenha trazido discurso inconstitucional, fosse aplaudida por grande parte dos seus (e)leitores.

ABSTRACT

This article, of qualitative basis and interpretative character, seeks to understand that memories nourish the current political discourse and that inflame conditions of discursive production that reproduce stigmas that violate through language, specifically through socio-historical-cultural labels imposed on the woman-mother. In line with the Social Pragmatic Studies of Discourse, Discourse Analysis and Dialogical Studies of Discourse, we seek to analyze the reasons why the discourse, conveyed on social networks, of former state deputy Janaina Paschoal (PRTB-SP) on Bill 3717/2021, which provides priority to solo mothers in social and economic policies in Brazil, is legitimate and endorsed. In the content of the statement, which is the focus of this work, the former parliamentarian disregards as a family that composed only of the mother and her children. Our analysis shows that the context of the rise of far-right groups since 2014 enabled their supporters to spread discourses of exclusion, sexism and machismo. They created situations of power that were normalized, which explains why a congresswoman, lawyer, doctor of law, who used unconstitutional discourse, was applauded by many of her readers.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso político; violência simbólica; mães solo.

KEY-WORDS

Political discourse; symbolic violence; solo mothers.

INTRODUÇÃO

As nossas leituras de mundo e as nossas ações neste mundo são constituídas - e motivadas - em um constante devir, perpassando horizontes e traçando caminhos que ora dialogam com o ontem, ora com o hoje, ora com o amanhã. Há pouco encontramos-nos com políticas neoliberais e pensamentos simpáticos ao fascismo que vêm resgatando formas de ver o mundo e de agir sobre as quais se tentava ultrapassar. Nesse miolo, alimentaram-se discursos retrógrados ditos e reditos por sujeitos que possuem espaço de fala (e de poder) em diferentes esferas da comunicação humana, sobretudo a política e a midiática.

Sobre o espaço de poder que o discurso político¹ habita, vale ressaltar que, à luz Foucaultiana, o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não, não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele apartados, o poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder, sendo ele algo que se exerce, que se efetua, que funciona. Para o filósofo (1970), “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos - estou sempre falando de nossa sociedade - uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Foucault, 1970, p. 18).

Dessa forma, entendemos que o discurso político, sendo que é produzido por sujeitos, vale-se de ideologias que permeiam e corroboram a política sócio historicamente constituída e aqueles que as leem, sujeitos sócio historicamente constituídos também, ao formar opinião, emitida ou silenciada, também se valem das ideologias que circundam a sua formação de pensamento. Ou seja, o sentido do que se diz não é uma decisão, mas uma injunção de classe ou de grupo sobre o que se pode ou não se deve enunciar.

Uma vez que o discurso político necessite de uma memória ideológica para a produção de seus enunciados, também necessita de uma condição de produção, por vezes nova, para que seja produzido sem dissociar-se das ideologias que antes o construíram, isto é, o grande tempo² necessita do tempo-agora para perpetuar as vozes dos sujeitos que (re) enunciam.

Este artigo, portanto, busca entender que memórias enunciativas parecem nutrir parte do discurso político atual e inflamar condições de produção discursiva reprodutoras de estigmas que violentam por meio da linguagem, especificamente por meio de rótulos sócio-histórico-culturais impostos à mulher mãe.

Perpassando os Estudos sócio-pragmáticos do Discurso, a Análise do discurso e os Estudos dialógicos do discurso, nosso artigo divide-se da seguinte forma: primeiramente

¹ Quando enfocamos o discurso político neste artigo, enfocamos o discurso político partidário, porém, temos claro que, independentemente da esfera em que circule, todo discurso é ideológico e político.

² A noção de grande-tempo, do filósofo russo Bakhtin (1996), situa-nos de que os sentidos dos enunciados dialogam dinamicamente ao longo dos séculos.

resumimos alguns conceitos essenciais à compreensão do escopo desta pesquisa; em seguida, buscamos analisar as razões pelas quais se naturalizou o discurso preconceituoso da ex-deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP) sobre o Projeto de lei 3717/2021 que prevê prioridade a mães solo em políticas sociais e econômicas no Brasil, veiculado em suas redes sociais e nos quais a parlamentar desconsidera como família aquela composta por mãe e filho (s)/filha (s).

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Primeiramente, situamos que nossa pesquisa é de base qualitativa, de cunho descritivo e interpretativo, por isso buscamos a seguir delinear, sinteticamente, o aporte conceitual no qual ancoramos a análise da breve coletânea de enunciados apresentada neste artigo e, posteriormente, refletimos sobre o *corpus* constituído.

A noção de discurso evocada por nós neste trabalho é a que o entende como a materialização – não consciente – da ideologia, assim, compreendemos que o sujeito é levado a enunciar algo conforme o tempo e espaço em que ocupa; sendo que a ideologia é o modo de compreender, apreender e enxergar a vida social, mobilizando a nossa visão de mundo, tal como sintetiza Volóchinov (1929, p. 95), “Uma consciência só passa a existir como tal na medida em que é preenchida pelo conteúdo ideológico [...] no processo de interação social”.

Assim, como todo discurso - todo enunciado - é ideológico, e sendo essa ideologia uma ideologia projetada e ancorada em valores sociais, para que o discurso alicerce uma realidade social, ele necessita de uma avaliação social: é necessário que os indivíduos o endossem ou o rechacem para que ele exista.

Além disso, sabemos que o discurso responde e corresponde à dimensão espaço temporal em que está inserido. Segundo Mey (2010, p. 219), “para que sejam efetivos, os atos de fala precisam estar situados. Isso significa que eles se apoiam e ativamente criam a situação em que são realizados”. Ou seja, dentro do contexto em que o discurso é enunciado, ao mesmo tempo que ele é impregnado de uma ideologia sócio-histórica constituída, ele também dá conta de criar situações de uso situadas em um novo tempo que pode/ou não trabalhar na manutenção dessa ideologia, haja vista a responsividade do discurso, tal como sustenta Silva e Alencar (2014),

Os contextos de uso não podem ser vistos como cenas isoladas de um eterno presente, onde dois ou mais indivíduos intencionais interagem; os contextos são, ao contrário, atos históricos e sociais onde dois ou mais agentes sociais interagem por meio da linguagem (Silva; Alencar, 2014, p. 215).

Sendo assim, depreendemos que, a depender do contexto em que as situações de interação estão envolvidas, da trajetória que esse discurso percorre e os ouvidos a que ele

chega, o seu conteúdo pode não só fomentar a violência, mas também encarnar a própria violência, dessa forma, ainda para Silva e Alencar (p. 215), “[...] a violência da linguagem, provavelmente devido à natureza destruidora da própria violência em si, oblitera precisamente a orientação contextual e corpórea em que baseamos nossa prática comunicativa”.

Logo, partindo do pressuposto que todo enunciado é re-enunciado, de forma direta ou indireta, de que ele possui caráter contextual de acordo com o tempo e o espaço que o constitui e do tempo e espaço em que se manifesta, procuramos pensar quais discursos outros alimentam o discurso político do preconceito e preconceituoso da ex-deputada Janaína Paschoal, já que a parlamentar tem ocupado espaço de poder político e provavelmente reproduz discursos que fizeram parte da sua formação político-partidária.

Seguindo essa linha, à luz de Bourdieu (1996), o poder que organiza o espaço social/estilos de vida e as estruturas de percepção e apreciação do mundo (o *habitus*) é mantido em meio a relações de dominação, a que Bourdieu dá o nome de *poder simbólico*, para ele, “O poder de sugestão exercido através das coisas e das pessoas é a condição de eficácia de todas as espécies de poder simbólico capazes de se exercerem em seguida sobre um *habitus* predisposto a senti-las” (p. 38-39).

Assim, aqueles que adquirem espaço no púlpito, como a deputada, empoderam simbolicamente o seu discurso, levando em conta, sobretudo, a capacidade de reverberação que ele possui, o que leva esse discurso a ser propagado por seus simpatizantes.

2 REFLEXÕES SOBRE A VOZ DA DEPUTADA E SEU DISCURSO

Nesta seção, apresentamos a postagem em redes sociais que mobiliza o discurso foco deste artigo, bem como refletimos sobre a trajetória acadêmica da então deputada e seu viés ideológico e propomos o olhar sobre algumas questões que suscitaram nossa análise.

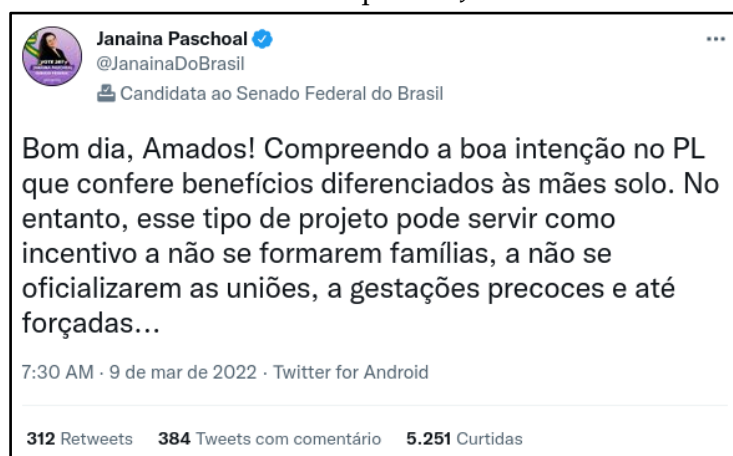
A ex-deputada estadual Janaina Paschoal, conforme o site oficial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo,

nasceu na Zona Leste de São Paulo. [...] Aos dezessete anos, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o famoso Largo de São Francisco, onde se graduou em 1996. Na mesma instituição (Largo de São Francisco), obteve seu doutoramento e a Livre Docência. Desde 2003, leciona em referida Faculdade, ministrando diversas disciplinas diretamente relacionadas ao Direito Penal, além de Segurança Pública, Biodireito e Religião e Direito Penal. [...] Advogada há vinte anos, participou do Conselho Seccional da OAB/SP e de várias atividades de Ordem. Crítica ferrenha da dominação exercida pelo esquerdismo no Brasil [...] (AL/SP).

Além dessa trajetória, destacamos também que, embora hoje a parlamentar seja filiada ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), na ocasião de sua eleição para a assembleia legislativa, era filiada ao Partido Social Liberal (PSL), mesmo partido ao qual o ex-presidente Jair Bolsonaro (Partido Liberal - PL) era filiado durante a sua eleição em 2018.

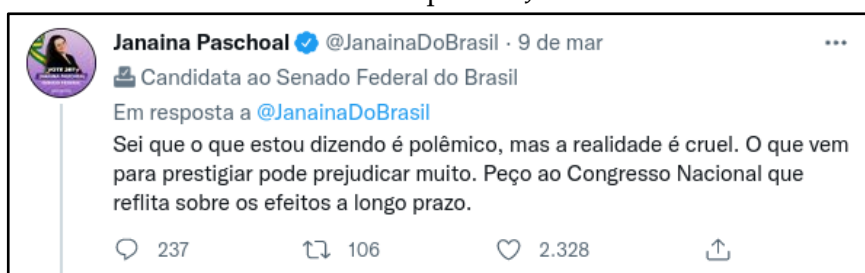
O projeto de lei sobre o qual a então deputada estadual Janaína Paschoal (PRTB) discursava em uma rede social foi de autoria do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) e instituiu a Lei dos Direitos da mãe solo, visando à garantia de direitos das mulheres provedoras de famílias monoparentais, que, segundo o autor, ficaram ainda mais vulneráveis após a pandemia. As figuras abaixo trazem na íntegra dois posicionamentos da parlamentar acerca do PL em uma de suas redes sociais.

Figura 1 - Comentário de nº 1 da deputada Janaína Paschoal na rede social



Fonte: Twitter, 2022

Figura 2 - Comentário de nº 2 da deputada Janaína Paschoal na rede social



Fonte: Twitter, 2022

A partir do teor das postagens³ de Janaína Paschoal, levantamos alguns questionamentos: (i) que noção de família busca sustentar a deputada quando diz que a lei servirá como incentivo a que *não se formem famílias*? (ii) *família monoparental*, constituída por

³ Não nos deteremos em analisar os comentários das postagens, pois não são o foco deste trabalho, mas observamos que o primeiro enunciado recortado obteve 5.251 sinais de aprovação e o segundo 2.328, o que demonstra que grande parte dos leitores que se manifestaram aprovou o discurso da ex-parlamentar.

mães solo e filho(s) ou filha(s), no nosso país, *não é uma família, segundo a lei?* (iii) *que discursos outros cancelam o discurso dessa parlamentar e a aprovação dos seus (e)leitores?*

3 VOZES SECULARES E CONTEMPORÂNEAS QUE SUBJAZEM O DISCURSO DA EX-DEPUTADA EM TORNO DAS FAMÍLIAS FORMADAS POR MÃES SOLO

3.1 SOBRE O ÚNICO ARRANJO FAMILIAR QUE A EX-DEPUTADA CONSIDERA FAMÍLIA E AS FAMÍLIAS FORMADAS POR MÃE SOLO

Para entender um pouco sobre a instituição destacada pela ex-deputada no discurso selecionado, buscamos trazer uma brevíssima retomada histórica sobre o conceito de família e sua aparição nas leis brasileiras.

A família natural formada apenas por um casal e seus filhos (posteriormente chamada de tradicional cristã) foi adotada pela Igreja Católica, a partir do Direito da Roma Antiga, e instituiu o casamento como sacramento indissolúvel e formador da família cristã, composta pela união entre duas pessoas de diferentes sexos e seus descendentes diretos. Como nosso país teve colonização portuguesa, essa noção de família foi endossada, haja vista o império seguir preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana e os regulamentar nas Ordenações Filipinas, de 1595 (Direito vigente à época). Em 1861, o casamento foi reconhecido também quando parte de outras uniões religiosas não-católicas, porém permanecia a família tradicional a única aceitável.

A prevalência hegemônica da instituição familiar composta por um homem e uma mulher casados permaneceu até a Constituição Federal de 1934 que passou a reconhecer a união estável e conceder os mesmos direitos do casamento. No entanto, foi só a Constituição Federal de 1988 que, enfim, adequou-se à realidade social brasileira de formação familiar, reconhecendo como entidade familiar, além do casamento, as *famílias monoparentais* e as uniões estáveis.

Portanto, apesar desse largo tempo de patriarcalismo referendado pelas leis brasileiras vigentes durante a colônia, *é desde a Constituição de 1988 que a família monoparental é regulamentada e possui direitos garantidos.*

Sobre as *mulheres chefes de famílias monoparentais*, conforme o IPEA (2017), elas “arcam sozinhas com os cuidados dos filhos e ao mesmo tempo são as que buscam nas atividades remuneradas as condições de vida.” (IPEA, 2017, p. 8). Além disso, até 2018, segundo o IBGE (2018), *as famílias monoparentais formadas por mulheres e seus filhos somam 11 milhões no Brasil, quase 5% dos arranjos familiares do país.*

Importante ressaltar ainda que se compreende por mãe solo, termo adotado no texto da PL, a mulher que possui todas as responsabilidades - financeira e afetiva - pela prole, não cabendo chamá-las de *mães solteiras*, termo que durante muito tempo deu conta de alimentar

o preconceito em relação às mulheres que não se casavam, mas que tinham filhos. Ser mãe não tem relação alguma com estado civil e não é condição da qual se divorcie.

3.2 VOZES ATUAIS QUE PARECEM NUTRIR O DISCURSO DA EX-DEPUTADA

Após essa retomada histórica que contextualiza questões, sobretudo, de ordem política e social, reforçamos que Janaina Paschoal primeiramente mostrava-se apoiadora de Jair Bolsonaro, com o qual compartilhava o mesmo partido (PSL), partido esse que, dentre outras questões, afirma-se como conservador e protetor da *família* e da *religião* (apesar de, segundo a Carta de 1988, o Estado ser laico). Em 2022, a então candidata ao senado não manteve o discurso de apoio ao presidente, ainda que o seu novo partido fosse na mesma linha ideológica do ex-governante, trazendo como slogan “Deus, pátria e família”, slogan semelhante àquele adotado pelo Integralismo Brasileiro⁴ é utilizado como lema com frequência por Bolsonaro durante sua campanha e mandato como presidente.

Inferre-se que, tendo em vista o conservadorismo e os preceitos de proteção à família e à religião, é retomada a ideia de família tradicional cristã como a única formação familiar aceitável pelo discurso político desse caldo de partidos, haja vista o fato, principalmente, de o ex-presidente declarar-se cristão evangélico.

Ressaltando mais uma vez a postura do ex-presidente da república em relação à família e, por conseguinte, às mulheres, sabe-se que tem se envolvido em polêmicas que envolvem sexismo em seus discursos, seja atacando colegas parlamentares, jornalistas ou por meio do teor de algumas entrevistas ao longo de sua carreira política. Essa conduta permaneceu enquanto Bolsonaro esteve presidente não apenas em seus discursos, mas também no discurso de outros componentes do seu governo (2018-2022). Abaixo, elencamos dois enunciados que reforçam tal posicionamento, um do ex-presidente e outro do ex-vice Jair Mourão.

Quadro 1: Enunciados do ex-presidente e ex-vice, Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão

Transcrição da fala de Jair Bolsonaro, deputado federal (PSL) à época, na entrevista publicada em 10 de dezembro de 2014 pelo portal Zero-Hora.	Pode escrever aí: quando o cara vai empregar, entre um homem e uma mulher jovem, o que que o empregador pensa? “Poxa, essa mulher aqui tá com aliança no dedo, não sei o quê, ela vai casar, é casada, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade, bonito para c*, para c*, “. Quem que vai pagar a conta? É o empregador. (...) Eu sou um liberal, se eu quero empregar na minha empresa você ganhando R\$ 2 mil por mês e a Dona Maria ganhando R\$ 1,5 mil, se a Dona Maria não quiser
---	---

⁴ Fundado em 1932, o Integralismo foi um movimento de inspiração fascista surgido no Brasil.

	ganhar isso, que procure outro emprego! Se você acha que também não tá ganhando, que procure outro emprego. Eu que estou pagando, o patrão sou eu.
Transcrição da fala do, na ocasião, vice candidato na chapa de Jair Bolsonaro (PSL), general Hamilton Mourão (PRTB), em vídeo veiculado pela grande mídia em 17 de setembro de 2018.	A partir do momento que a família é dissociada, surgem os problemas sociais que estamos vivendo, que atacam eminentemente onde não há pai nem avô, é mãe e avó. E, por isso, torna-se realmente uma fábrica de elementos desajustados e que tendem a ingressar nessas narco quadrilhas.

Fonte: Elaboração própria

A exemplo desses dois discursos, e outros veiculados e reverberados na mídia com frequência, acabamos por depreender que, haja vista o espaço de alto poder que as figuras públicas ocupavam, acabaram por impulsionar que vozes simpáticas ao seu conteúdo acabassem por reproduzir preconceito explicitamente, como o faz a ex-deputada. Isto é, a violência por meio da linguagem (e não apenas por meio dela, infelizmente) - no caso específico deste artigo, rótulos impostos à mulher mãe solo - foi endossada por aqueles os quais entenderam que essas lideranças eram responsáveis não só por torná-la permitida, mas também por torná-la passível de impunidade.

Elencamos apenas algumas amostras de enunciados, sendo elas: *um trecho da biografia da deputada, o slogan do seu partido atual - reproduzido por Bolsonaro como lema -, excerto de uma das entrevistas do ex-presidente e, por último, um trecho do discurso do candidato a vice-presidente Mourão*. No entanto, ainda que produzidos em momentos distintos, mas contemporâneos, são enunciados que dialogam com a situação nova criada: *o discurso político da ex-deputada estadual*.

Olhando para esse *corpus* constituído, com base na regularidade dos enunciados, verificamos que há um consenso ideológico entre eles. A ex-deputada teve sua formação partidária com base na repulsa aos ideais de esquerda, que se opõem, sobretudo, ao neoliberalismo e conservadorismo dos partidos PL, PSL e PRTB. Assim, à luz de Bourdieu (1996), o *habitus* de exclusão reproduzido pelo discurso de direita manifesta-se na compreensão de família que a parlamentar desconsidera e alude em seu discurso na rede social: a monoparental composta por mães e sua prole. Levando em consideração que 5% (IBGE, 2018) das famílias monoparentais brasileiras são constituídas por mães solo, esse discurso se torna ainda mais excludente e violento. Destacamos, no entanto, uma contradição, como uma advogada, professora de Direito desconsidera a Constituição que legitima e garante direitos às famílias monoparentais?

Ainda que a dimensão espaço-temporal da formação partidária da ex-deputada seja outra, e que a legitimidade da família tradicional como único arranjo possível date no período Brasil Colônia até 1934, nesse diálogo enunciativo observamos atualmente discursos inflamados, principalmente pelas bancadas parlamentares evangélica e militar, pelo ex-governo Bolsonaro e seus apoiadores que exaltam a família considerada, sob o ponto de vista deles, cristã: composta por pai, mãe e filho (s).

Assim, a memória enunciativa que alimenta o discurso inflamado nas mídias sociais da ex-parlamentar é composta pelas ideologias partidárias do discurso colonial e patriarcalista, o que assusta é que ele tenha partido de uma política mulher. Na busca de aceitação/imposição dos seus preceitos, Paschoal segrega e rotula as mães solo, depreciando o papel fundamental que exercem em suas famílias, de *únicas responsáveis* pelo sustento e afeto de seus filhos, sendo que o projeto de lei sobre o qual ela se manifestou contrária busca trazer benefícios para mitigar as dificuldades enfrentadas pelas chefes de família.

Outra ex-parlamentar, Mariele Franco (2017), uma mulher favelada, negra e feminista, ao comentar sobre a sua vitória nas eleições para vereança do RJ durante o contexto do impedimento da presidente Dilma (2014), ressaltou que “os estereótipos associados ao que é ser uma mulher e as expectativas sobre como devemos nos comportar são facetas do discurso institucional e hegemônico ainda profundamente conservador e reacionário”(Franco, 2017, p. 94). A proposição de Franco converge com os discursos de parlamentares de direita e extrema-direita, em ascensão desde 2014, os quais dão chancela para que seus apoiadores se manifestem a favor da exclusão, do sexismo e do machismo. Esses grupos que atualmente possuem notória voz no púlpito, na mídia e nas ruas criaram situações de poder que, de forma injuntiva, são naturalizadas. Destaca-se, portanto, a razão pela qual uma deputada, advogada, doutora em Direito traz discurso inconstitucional aplaudido pela maioria dos seus (e)leitores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o enunciado é sempre re-enunciado, infelizmente ficou nítido que a re-enunciação da na ocasião deputada em uma de suas redes sociais reproduz valores arcaicos e ultrapassados que não consideram os novos arranjos familiares, enunciação secular e, ao mesmo tempo, recém-nascida no que tange ao tanto que ressoa em diferentes situações de uso e esferas de comunicação atualmente, principalmente a política.

Em contrapartida, nas últimas eleições federais, a ex-deputada Janáína Paschoal candidatou-se ao senado sem obter êxito, resultado paralelo à também não reeleição de Jair Bolsonaro à presidência, derrotado pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), cuja vitória trouxe novamente ao centro do poder à esquerda e seu ideal de inclusão de grupos marginalizados pela nossa sociedade.

Como reflexo desse enfraquecimento de espaço parlamentar (da ex-deputada e do ex-presidente), já se começa a verificar novamente o empoderamento de vozes que destoam do discurso de extrema-direita, o que fez, por exemplo, com que o retorno da ex-candidata à universidade na qual é concursada, no término do mandato de deputada estadual, fosse questionado pelos discentes.

Segundo os estudantes da USP, em nota pública (2023) divulgada pelo Centro Acadêmico da instituição de ensino superior, “hoje a Faculdade de Direito da USP é dos alunos negros e pobres”. “Hoje a universidade pertence aos defensores da democracia, não aos seus detratores”.

Esses novos enunciados, diante de uma nova condição de produção criada, em medida alguma frustram a análise dos dados por nós antes apresentada, já que constatamos que os *discursos políticos podem ter força e poder para ecoar ou podem tornar-se fracos e silenciar*, tal como sustentam Silva e Alencar (2014, p. 215), “O que tais agentes sociais pronunciam não são propriamente palavras, ‘carregadas’ de significado violento ou não, mas “atos de fala”, que funcionam (ou falham)”.

Logo, o que se vê é a chegada ao púlpito do contraditório de Janaína Paschoal, agora endossado pelo retorno da esquerda ao governo do nosso país.

Por fim, sabemos que o discurso de Mariele Franco (que também foi mãe solo), personagem icônica da política brasileira, foi silenciado de forma violenta, no entanto, esse mesmo discurso deixou a sua marca sobre a necessidade da quebra de paradigmas em torno dos papéis ocupados pelas mulheres na nossa sociedade, fazendo com que sua voz se torne audível em espaços de resistência, por meio da fala de muitas de nós.

Sendo assim, ver outra mulher, ainda que de um partido de direita, reproduzindo discursos sócio-historicamente constituídos de depreciação da figura feminina, faz-nos pensar que os direitos ao sufrágio e à participação na política, nesse contexto, têm seu sentido fragilizado, haja vista que são conquistas de lutas feministas. Isto é, essa mulher, enquanto deputada estadual, só teve espaço de fala na bancada legislativa porque outras que vieram antes dela resistiram àqueles que de forma sexista por muito tempo limitaram os espaços que nós deveríamos ocupar e nos apartaram da política.

Enquanto mãe solo que ⁵sou, refletindo sobre um tema que me permite agregar o meu lugar de fala, penso que, embora existam Janaínas com poder de voz (e o feminismo lute para que elas sempre o tenham), existem milhares de Marieles que se fazem presentes contra o eco do discurso machista (sexista e misógino) e as refutam, uma forma *nossa* de resistência ao discurso do retrocesso, seja ele proferido por parlamentares, por governantes ou pela sociedade em geral.

⁵ Neste momento, opto pelo uso da primeira pessoa por entender que se torna coerente adequar a pessoa do discurso ao contexto de fala.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Claudina, SILVA, Daniel Nascimento. Violência e significação: uma perspectiva pragmática. In. **Nova Pragmática** [livro eletrônico]: Modos de fazer. São Paulo: Nova Cortez, 2014.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ALESP). Janaina Paschoal (Ex-parlamentar). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300630>. Acesso em 25 jul. 2024.

BORDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: O que Falar Quer Dizer. 2. ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CHAGAS, Inara. **Veja nove vezes em que Bolsonaro atacou os direitos das mulheres**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres>. Acesso em: 20/9/2022.

CUNHA, Matheus Antonio da. O conceito de família e sua evolução histórica. **Portal Jurídico Investidura**, Florianópolis - SC. Disponível em: www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332. Acesso em: 27 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso** (A). Vol. 1. Edições Loyola, 1996.

FRANCO, Mariele. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: O momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: W. Bueno, J. Burigo, R. Pinheiro-Machado & E. Solano (Eds.) **Tem saída?** Ensaios críticos sobre o Brasil (pp. 89-95). Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

GIRARDI Jr, Liráucio. Pierre Bourdieu: mercados linguísticos e poder simbólico. **Revista Famecos**, [S.l.], n. 24, v. 3, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/2044-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios>. Acesso em: 3 de julho de 2024.

MEY, Jacob L. **Pragmatics**: An introduction. Oxford & Malden, Mass.: Blackwell Publishers. 2001.

PASCHOAL, Janaina. **Sei que o que estou dizendo é polêmico, mas a realidade é cruel. O que vem para prestigiar pode prejudicar muito. Peço ao Congresso Nacional que reflita**

sobre os efeitos a longo prazo. São Paulo, Março, 2022. Disponível em: <https://twitter.com/JanainaDoBrasil/status/1501505715579539464> . Acesso em 20 jul. 2024

PODER 360, 2023. Alunos fazem abaixo-assinado contra a volta de Janaína Paschoal à USP. Disponível em: Alunos fazem abaixo-assinado contra volta de Janaina Paschoal à USP (poder360.com.br). Acesso em: 20 set. de 2022.

REDAÇÃO PRAGMATISMO [s.n.]. Deus, pátria, família: esse slogan é uma blasfêmia Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2022/09/deus-patria-familia-slogan-blasfemia.html>. Acesso em 20 set. 2022.

REVISTA EXAME, 2018. Mourão diz que família sem pai ou avô é fábrica de elementos desajustados. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mourao-diz-que-familia-sem-pai-ou-avo-e-fabrica-de-elementos-desajustados/>. Acesso em: 20 set. 2022.

VOLOCHÍNOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem. 3ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2021 [1929].

Título em inglês:

**FAMILY OR FAMILIES?: VOICES THAT UNDERLIE THE SPEECH OF
FORMER STATE DEPUTY JANAINA PASCHOAL (PRTP-SP) ON
PRIORITY TO SINGLE MOTHERS IN SOCIAL AND ECONOMIC
POLICIES IN BRAZIL**